



*D. Nun' Álvares Pereira e a
Batalha de Atoleiros*

D. NUN' ALVARES



D. Nun' Álvares Pereira e a Batalha de Atoleiros

Maj Inf Carlos Afonso
2Cmtd BIMEcLag

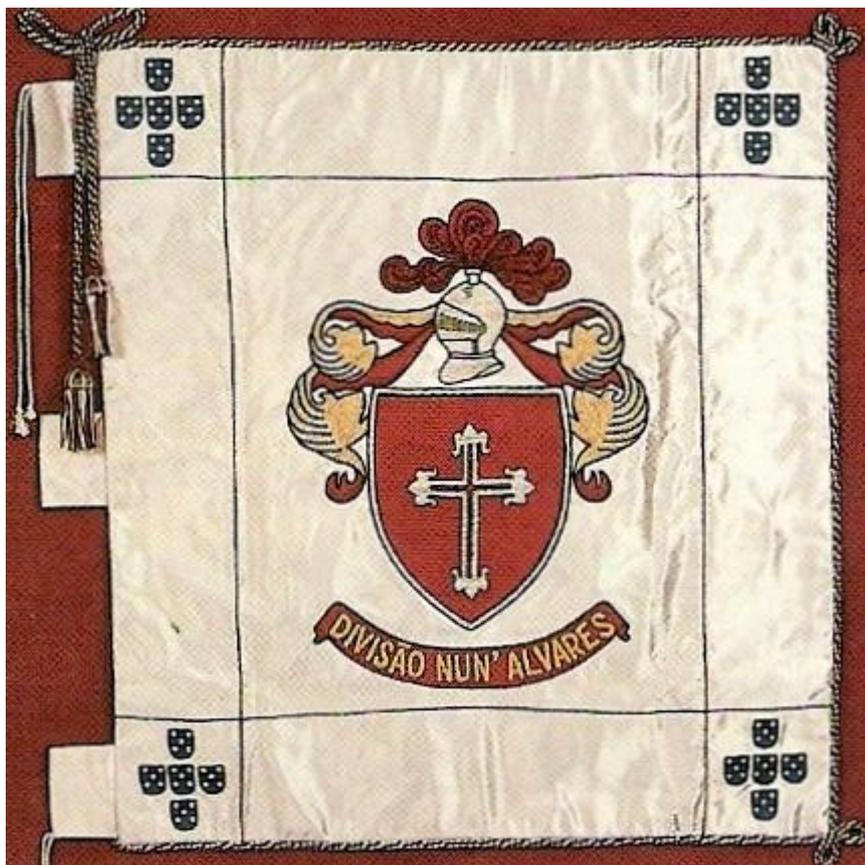
A Primeira Divisão do chamado Corpo Expedicionário Português¹ foi criada em 1952-53, assumindo a designação de Primeira Divisão. Em 14 de agosto de 1953, pelo Decreto-lei 39316 foi, paralelamente, criado o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida. Esta data não foi escolhida ao acaso – tratava-se do aniversário da batalha de Aljubarrota. Em 1954, passou a designar-se por Segunda Divisão e, no ano seguinte, Terceira Divisão. Não admira que, na década de 50, a designação mais estável, pela qual preferivelmente se conhecia a Unidade, era “Divisão Nun' Álvares”. Porque Aljubarrota já era o dia festivo da Infantaria, a Divisão escolheu Atoleiros como momento evocativo do dia do seu patrono.

As linhas que se seguem pretendem, de uma forma rigorosa, mas, ao mesmo tempo, desprovida de grande aparato crítico, apresentar alguns dados sobre o passado que evocamos, ainda hoje, na Brigada Mecanizada. Esse passado, menos mítico do que a historiografia evocativa militar tradicionalmente apresenta, acaba por nos demonstrar que a realidade ultrapassa frequentemente a ficção.

Nun' Álvares Pereira foi uma lenda viva. Fernão Lopes, seu contemporâneo, não se cansa de o enaltecer. Fá-lo na Crónica de D. Fernando; continua-o na Crónica de D. João. É até possível que seja o autor “anónimo” da Crónica do Condestável. À medida que passaram os séculos, D. Nuno continuou sempre presente no ideário português: Camões canta-o n'Os Lusíadas; menciona-o nada mais, nada menos, do que 14 vezes, chamando-lhe “forte Nuno” ou “Nuno Fero”. Um pouco mais tarde, em 1609, Francisco Rodrigues Lobo redigiu um poema épico, em 20 cantos, intitulado *O Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Esta obra teve várias edições e há uma razão bem objetiva para isso: estávamos em plena Monarquia Dual e aquele trabalho literário tinha uma função de resistência nacional ao castelhano.

¹ Desta vez, depois de 1950, no contexto da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O Século XVIII teve duas biografias, uma delas redigida em latim, pensando no consumo internacional. Os séculos XIX-XX foram igualmente ricos em publicações sobre D. Nuno, sentindo-se este afã editorial com mais incidência nos períodos de crise, como no final da Monarquia e início da República. Um pouco mais tarde, o Condestável foi imagem incontornável nos processos de construção mítica de símbolos, levados a cabo pela Ditadura Militar de 1926, e pelo Estado Novo, de 1930 em diante. Alguns destes escritos foram protagonizados por militares, como Botelho da Costa Veiga, Belisário Pimenta e Ferreira Martins. Entre uns, genuinamente interessados numa investigação de cariz “mais científico”, e outros, à procura de corresponder às necessidades do regime e aos anseios do público por “heróis nacionais”, D. Nuno acabou por ser designado patrono da Infantaria, por portaria do Ministro da Guerra, Santos Costa, em 30 de julho de 1945.



Guião da Divisão Nun' Álvares, década de 1950

Fonte: <http://www.operacional.pt/d-nuno-alvares-pereira-um-portugues-de-excepcao/> , acedido em 17Fev17

Não temos dúvidas que D. Nun' Álvares Pereira foi um homem destacado no seu tempo. Mas ter-se-á edificado sozinho? Terá ascendido assim, do nada, para a glória nacional eterna? Não haveria outros, relativamente próximos em prestígio e dimensão, mas que a história foi esquecendo? Tentaremos responder a estas perguntas, e a outras, através de quatro abordagens que, iniciando na contextualização da época, vão desembocar no feito que a Brigada Mecanizada comemora no seu Dia da Unidade – a batalha de Atoleiros. O percurso consistirá, então, em: i) caracterizar como se vivia no tempo de D. Nuno; ii) perceber como se fazia a guerra; iii) apresentar alguns dos traços desta personalidade e; iv) expor o essencial conhecido da batalha.

I – O SÉCULO XIV

O turista, o leitor, o cidadão do século XXI cruza-se frequentemente com o século XIV. Estávamos na época da construção das grandes catedrais góticas, que tinham surgido no século anterior, na França, e proliferado na Europa pela centúria de 1300 em diante. Nas igrejas, deixava-se a pintura mural e passava-se a pintar sobre tábuas. A Itália vivia o pré-Renascimento, pela mão de homens como Giotto, Boccaccio e Petrarca. Mais para o final do século, foi também uma época de crónicas e cronistas, ao serviço dos monarcas, que na França e na Península Ibérica se materializam por Pero Lopes de Ayala, Jean Froissart e, em Portugal, já no século seguinte, Fernão Lopes. Pela Europa fora, são as corporações de artesãos, ou guildas que tomam conta dos destinos dos principais burgos e conseguem cada vez mais direitos junto dos senhores tradicionais.

O século XIV foi também um século de crise profunda. O pior de entre os que o antecederam e também de entre os que lhe sucederam. O que sabemos hoje da climatologia ajuda a percebê-lo. Com efeito, a temperatura média da Europa Ocidental caiu, a partir do final do século XIII para cerca de 2°C menos, chegando a reduzir até 4°C nalgumas regiões. Os efeitos foram dramáticos. As ovelhas inglesas passaram a ter menos pasto, durante menos tempo, originando uma quebra na produção de lã. Os tecelões da Flandres, com muito menos matéria-prima, migraram em número significativo para Itália. O comércio marítimo do Atlântico e do Mar do Norte foram afetados. Mas isto não era

tudo: em 1314, a França iniciou um conjunto de anos de colheitas deficitárias, que provocaram fomes em muitas regiões que se prolongaram até 1317. Os preços dispararam e a prioridade da procura era para os bens de primeira necessidade.

A grande consequência imediata foi a redução dos produtos comercializados, a diminuição da produção de outros bens e o “desemprego”. Na década de 1330, abrandam a produção mineira e as atividades manufatureiras no centro da Europa. Os senhores, que vivem da fiscalidade, vêm-se obrigados a aumentar os impostos para compensarem a quebra de rendimentos. Em 1346-1347, viveram-se dois anos de fome generalizada na Europa do Sul, à qual Portugal não escapou. Os maus anos eram sempre causadores de subnutrição, dada a impossibilidade de transferência de produtos de uma região para outra.

Mas o pior estava ainda para vir. Em 1347, mercadores italianos que anualmente iam à região do Mar Negro abastecer-se de especiarias e seda, trouxeram um passageiro clandestino indesejado: o bacilo de Yersin, cujo portador é um ratinho, alojado nos porões das galés. A Peste Negra grassou, então, por toda a Europa, vitimando um terço dos europeus e provocando uma das maiores quebras populacionais de que há memória e grande falta de mão-de-obra. Acarretou duas outras consequências de relevo: uma perda de fé na Igreja e o desenvolvimento de um ódio social aos mais abastados, com mais meios de evitar a doença.

A Europa Ocidental vive também convulsões, diríamos hoje, “políticas”. A Inglaterra, que já tinha subjogado Gales, em 1283, faz o mesmo com a Escócia, em 1333. Quatro anos depois, o novo rei da França, Filipe V de Valois, exigiu a vassalagem de Eduardo III, na condição deste de Conde da Aquitânia. Eduardo III não só recusou, como também lembrou que era pretendente ao próprio trono da França. Em 1337, teve então início um conflito prolongado, que duraria até 1453 e que tomaria a designação de Guerra dos Cem Anos.

Dois papas. Desde 1309 que o rei de França tinha conseguido fixar a residência do pontífice em Avinhão. Mas a população de Roma elegeu o seu próprio papa, coexistindo dois tronos de S. Pedro entre 1378 e 1414. Os reinos europeus foram alinhando em dois blocos, seguindo cada um o seu papa. Mas dentro de cada reino havia franjas da sociedade que não seguiam a escolha do seu monarca. Em Portugal alguns bispos e as universidades tenderam a apoiar Avinhão.

A Península Ibérica encontrava-se repartida entre quatro coroas. Portugal, Castela, Aragão e Granada coexistiam, vivendo períodos de tensão intercalados com períodos de acalmia. O ano de 1340 ficou marcado pela batalha do Salado, perto de Tarifa, em que as monarquias castelhana e portuguesa derrotaram um contingente marroquino e granadino. Mas pouco mais tarde, entre Castela e Portugal viveu-se também um período de grande conflitualidade, com as três Guerras Fernandinas, entre 1369 e 1382. Num Ocidente Peninsular onde, durante séculos, os critérios de herança abrangeram mulheres, filhos segundos e até bastardos, começava a entrar um costume, importado de França, que tinha sido invocado em 1316, para impedir a subida ao trono de uma mulher². Nos reinos peninsulares começam também a aplicar-se duas cláusulas: só herda o filho mais velho (os restantes têm de procurar outras saídas) e a transmissão faz-se por via masculina. Ora, esta última, vem criar um problema quanto à única filha legítima do rei D. Fernando de Portugal e de D. Leonor Teles, casados desde 1372.

Vale a pena determo-nos neste ponto porque, afinal, a crise de 1383-85 tem-no por centro. Entre 1350 e 1369, Castela vive em guerra. Ficou conhecida por “Guerra dos Trastâmaras”, em que Pedro I (de Borgonha) e Henrique Trastâmara combatem pelo trono. Em que medida este conflito afeta Portugal? Vamos por partes. A filha de D. Afonso IV de Portugal, a infanta D. Maria, era casada com Afonso XI de Castela e tiveram um filho, Pedro. O filho de D. Afonso IV, D. Pedro I de Portugal (o do celeberrimo romance com Inês de Castro) era irmão daquela infanta D. Maria, o que fazia dele tio do rei Pedro I de Castela. Mas Afonso XI tinha um outro filho, ilegítimo, Henrique. Fez dele conde de Trastâmara. Acontece que temos dois Pedros nos tronos, sobrinho e tio, que ascendem, por esta ordem, o sobrinho castelhano em 1350 e o tio português em 1357. Ambos eram Pedros e ambos ficaram conhecidos nos dois reinos como *O Cruel*.

² Tratava-se de uma disposição da “lei sálica”, do tempo de Clóvis I, rei dos francos, no século V. Foi reutilizado e despojado do seu contexto original algumas vezes, uma delas com Carlos Magno, no século IX e outra, a que nos interessa, pelos legisladores dos Valois, no início do século XIV.

O castelhano, mal foi coroado, encarregou-se de perseguir os partidários do meio-irmão Henrique e dos outros candidatos ao trono. Entre estes contavam-se os Teles de Menezes, que acabaram por se refugiar em Portugal. Depois de 1357 coordenou com o tio, Pedro I de Portugal, a troca de alguns nobres refugiados em Castela, nomeadamente os assassinos de Inês de Castro, Pêro Coelho e Álvaro Gonçalves. Já era comum a nobreza de ambos os reinos ser “transnacional”, mas estes dois monarcas exacerbaram os problemas que daí advinham.



Iluminura alusiva à batalha de Nájera, em Crónica de *Jean Froissart*, século XV.
Biblioteca Nacional de França.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Battle_najera_froissart.jpg, acedido em 17Fev17

A guerra civil de Pedro I contra Henrique de Trastâmara permitiu a entrada da Guerra dos Cem Anos na Península. Pedro I apoiou-se no papa de Roma e pediu apoio dos ingleses; Henrique refugiou-se em França, seguiu o papa de Avinhão e pediu apoio a franceses e aragoneses. É interessante notar que a batalha de Nájera, em 1367, no contexto da Guerra dos Trastâmaras tem dois protagonistas militares que não são castelhanos e que, ambos, comandam contingentes de *routiers*: o Príncipe Negro, filho do rei de Inglaterra que combate por Pedro e Bertrand DuGuesclin, condestável de França, que combate por Henrique. Este último perdeu a batalha, foi preso

e resgatado por uma avultada quantia. Dois anos depois, *DuGuesclin*, ao serviço do Trastâmara, vem cercar Pedro I de Castela em Montiel, na Mancha e Henrique, depois de obter a rendição do meio-irmão, assassina-o e torna-se rei. Estávamos em 1369.

Com a subida de Henrique de Trastâmara ao trono de Castela, muitas vilas e castelos da Galiza, Leão e Extremadura levantam voz por D. Fernando, então rei de Portugal, que era filho do nosso D. Pedro I e, por conseguinte, o herdeiro legítimo mais próximo do defunto Pedro I de Castela (era primo). D. Fernando não perdeu tempo. Celebrou uma aliança militar com Granada e entrou na Galiza, logo em 1369. Mas teve de retirar apressadamente, perseguido pelo exército de Henrique, e foi refugiar-se no Porto. O Trastâmara incendiou todo o Minho e também a região do Côa. Em 1371, D. Fernando renunciava ao trono de Castela, no castelo de Alcoutim. Terminava, assim, a Primeira Guerra Fernandina.

Mas o monarca português manteve a ambição ao trono castelhano. Em 1372 estabeleceu uma aliança com o duque de Lencastre (John de Gaunt), que previa o envio de 800 lanças de cavalaria e 800 arqueiros ingleses para Portugal. D. Henrique de Trastâmara teve conhecimento e, antes mesmo da chegada do reforço inglês, desencadeou um ataque a Portugal, pela fronteira da Beira, dando início à Segunda Guerra Fernandina. Progrediu até Lisboa, que cercou entre 1372 e 1373.

A Terceira Guerra Fernandina passou-se sobretudo no Alto Alentejo, com os castelhanos a cercarem Elvas e a atacarem Pavia. D. Fernando, já doente, foi ao encontro do novo rei de Castela, agora já Juan I, mas em vez de lhe dar combate, assinou com ele o Tratado de Salvaterra de Magos, cujas cláusulas são conhecidas: D. Beatriz, filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, então com 10 ou 11 anos, foi dada em casamento a Juan I; D. Leonor Teles ficaria como regente de Portugal até que um filho varão de Beatriz e Juan I pudesse assumir a coroa portuguesa.

Quem é esta Leonor? Nada mais, nada menos – já o dissemos – que um elemento de uma das famílias mais poderosas de Castela, que se tinha refugiado em Portugal. Ficou conhecida como “A Aleivosa”, a traiçoeira, no contexto desta crise, pelas intrigas de que, alegadamente, foi protagonista. É também aqui que entra outra personagem desta estória: D. João de Castro. Era casado com Maria Teles, irmã de Leonor. Ainda antes da morte de D. Fernando, João de Castro já era um fortíssimo candidato à sucessão e detentor de um enorme prestígio no reino porque era filho, nada mais, nada menos, de D. Pedro I de Portugal e de D. Inês de Castro. Era, portanto, meio-irmão de D. Fernando e fruto de uma relação amorosa que, na altura, já era bem acarinhada pelos portugueses. Leonor Teles conseguiu enganar D. João de Castro e levá-lo a assassinar a própria mulher. Perseguido, teve de se refugiar em Castela, onde D. Juan I o manteve aprisionado.

D. Fernando morreu logo a seguir ao Tratado de Salvaterra, em outubro de 1383, com 38 anos. Em dezembro já se tinha tornado claro que Leonor Teles e o seu amante, o conde galego João Fernandes, iriam ter uma política favorável a Castela. Um outro bastardo do rei D. Pedro de Portugal, João, mestre da Ordem Militar de Avis, dirigiu-se, então, a Lisboa e ao paço da regente para exigir dela (alegadamente) o regresso a Portugal de D. João de Castro. Assassinou o conde João Fernandes e, numa manobra de clara propaganda fez espalhar pela cidade o pregão de que ele – mestre de Avis – é que corria perigo. Juntou-se no paço uma multidão que começou a aclamá-lo como rei.

O reino encontrava-se profundamente dividido, com castelos a levantar voz por D. Beatriz, casada com Juan I de Castela e castelos a fazê-lo por D. João, mestre de Avis.

II – A GUERRA NO SÉCULO XIV

A crise do século XIV também catalisou uma mudança significativa no modo de combater. Pela primeira vez, em muitos séculos, espontaneamente, as populações organizam-se, pegam em armas contra os poderes instituídos (a maioria das vezes cavalaria feudal) e vencem. Aconteceu em Courtrai, em 1302, quando as guildas dos tecelões flamengos se revoltaram contra o domínio francês. O rei mandou Robert de Artois com 8000 homens, dos quais 3000 eram cavaleiros pesados. À espera desta hoste, os flamengos, bem agarrados ao terreno alagado e sulcado de canais inundados. Com recurso a uma espécie de pique, o *goedendag*, desbaratam por completo as cargas francesas.

Aconteceu em Bannockburn, em 1314, na guerra entre a Inglaterra e a Escócia, imortalizada no cinema por Mel Gibson. Edward Bruce, rei da Escócia, venceu a cavalaria inglesa com recurso a uma combinação de piques e um contra-ataque de uma reserva de cavalaria, emboscada no bosque de Stirling. Aconteceu, também, em Poitiers, em 1356, já no contexto da Guerra dos Cem Anos. Os ingleses escolheram o terreno, atraíram a cavalaria francesa para o centro, flagelaram-na com tiro de arco longo a partir dos flancos e contra-atacaram com uma reserva montada, previamente oculta... num bosque. Em Nájera, em 1367, batalha a que já aludimos, na Guerra dos Trastâmaras, os ingleses do Príncipe Negro demonstraram que o arco longo nos flancos tinha clara vantagem sobre a besta e massacraram a vanguarda da cavalaria francesa. Aqui verificou-se, também, que a reiteração de cargas de cavalaria sobre mortos e moribundos não funcionava, porque os corpos formavam obstáculos em que os cavalos tropeçavam e de que se tinham de desviar.

Mas quem fazia a guerra em Portugal? Em primeiro lugar, a guarda pessoal do rei. Era constituída essencialmente por uma nobreza de corte, e por elementos que não eram só cavaleiros. Não conhecemos exatamente quem a compunha com D. Fernando, mas para termos uma ideia, um pouco mais tarde, já com D. João I de Portugal (o mestre de Avis), era composta por cavaleiros, 100 besteiros e 80 escudeiros. Chegava a ser tão volumosa que podia cumprir missões em autonomia.

A nobreza e os contingentes que esta conseguia mobilizar (as mesnadas) eram o núcleo essencial do exército régio. O rei distribuía uma soma anual, em dinheiro, que comprometia esses nobres a apresentarem-se ao serviço com

determinado número de homens a cavalo e a pé, armados e equipados. Havia, também, uma categoria mais baixa de nobreza, os chamados “cavaleiros de uma só lança”.

Os concelhos mais populosos também mobilizavam contingentes próprios, tinham as suas bandeiras e enquadravam as forças com os seus próprios alferes. A tipologia dos combatentes incluía cavaleiros, besteiros e peões, aliás, a generalidade da peonagem tinha origem nas vilas do reino. Havia vantagens interessantes nestes combatentes: conheciam-se bem e estavam habituados a combater em conjunto; eram de mobilização fácil porque habitavam todos uma mesma região bem circunscrita. Era mais prático nomear concelhos inteiros para certas operações do que estar a mobilizar contingentes por tipologia de tropas, recrutados em locais diferentes. No Alentejo, o Alandroal, Elvas ou Serpa costumavam ser nomeados para operações de vigilância ou defesa da fronteira.

E de entre o recrutamento concelhio, havia dois contingentes de controlo centralizado, régio: os aquantiados e os besteiros do conto. Os primeiros eram moradores do reino com casa própria (casados, solteiros e mesmo clérigos de ordens menores). Tinham de se apresentar ao apelido (quando chamados), a pé ou a cavalo, consoante as suas posses. Por vezes tinham a capacidade de apresentar pequenas mesnadas. Eram referenciados pelos coudéis, que mantinham um registo atualizado dos aquantiados e conduziam revista periódicas. Havia também aquantiados que eram besteiros, porque possuíam aquela arma, mas não se contavam entre os besteiros do conto. Esta segunda instituição era um verdadeiro corpo militar de elite. Tinha uma dimensão limitada, com organização própria e era chefiada pelos anadéis dos lugares onde eram mobilizados. À cabeça encontrava-se o anadel-mor do reino. Eram bastante proficientes no uso da besta e gozavam de privilégios sociais, muitas vezes análogos aos dos cavaleiros. O conto nacional ascendia aos 5000 besteiros. Lisboa mobilizava 300; Braga, 50; Porto, 40; Montemor, 10, e assim por diante, de modo proporcional aos habitantes de cada concelho.

As ordens militares eram também outra organização de cujos contingentes o rei beneficiava. Em Portugal existiam casas de quatro: Cristo, Hospital, Santiago e Avis. Detentores de uma percentagem significativa de fortalezas e de grandes arsenais, mobilizavam mesnadas de freires-cavaleiros, mas também de besteiros e de peões, vassalos dos seus senhorios. As ordens do Hospital e de Santiago eram “transnacionais”, ou seja, o convento central não se encontrava em Portugal; as de Cristo e de Avis eram exclusivamente portuguesas. Seja como for, a Coroa Portuguesa detinha um bom grau de controlo sobre todas. Na Crise de 1383-85, o priorado do Hospital constituiu exceção: na sua maioria, aqueles freires tomaram o partido de Castela.

Havia também contingentes de mercenários. Eram especialistas que combatiam a troco de um soldo. Nas Guerras Fernandinas, o conde de Barcelos contratou hostes aragonesas. Na batalha de Aljubarrota estiveram 300 arqueiros ingleses, contratados ao duque de Lencastre. Havia também que contar com contingentes de homiziados (criminosos, marginais). De entre eles havia nobres, com experiência militar, condenados com penas das quais se podiam libertar por intermédio de serviço militar. Chegava a haver recrutamento proveniente de coutos de homiziados, espaços bem delimitados por lei, onde os condenados se podiam refugiar sem serem incomodados pelas autoridades, mas dos quais não podiam sair. A exceção era feita em caso de guerra.

Se tudo isto pudesse ser mobilizado em simultâneo, o reino de Portugal ficaria com um exército entre os 14 000 e os 20 000 combatentes. Mas isso não era nem possível, nem necessário. As ações de combate mais frequentes eram a cavalgada em território inimigo, com o intuito de saquear ou de destruir; o cerco e a batalha campal. Esta última era rara e, se hoje temos ideia de que poderia ser frequente, muito se deve a facto da historiografia militar se ter concentrado essencialmente nas batalhas ao longo de muitas décadas, até muito recentemente. As batalhas medievais ocorriam sempre por consentimento mútuo. Os soberanos necessitavam de as combater, porque só assim demonstravam que eram favoritos de Deus e que tinham direito legítimo ao trono; mas não podiam arriscar-se a perdê-las, porque provocariam o efeito oposto entre os seus súbditos. Eram, portanto, raras as ocasiões em que se feria batalha e, com a presença do rei – a batalha real – ainda mais raras³.

³ Esta necessidade que os reis têm de vencer batalhas, ao mesmo tempo que as procuram evitar para não correrem o risco de ser derrotados, tem sido recentemente reconhecida pela designação de “Paradigma de Gillingham”. Com efeito, John Gillingham elaborou sobre esta dualidade e, muito recentemente (em novembro de 2016, na Universidade de Coimbra), aperfeiçoou o que já era referência para os historiadores militares medievais: demonstrou a existência de uma trilogia de vontades, que consistia no desejo de batalha, na

O século XIV marcou também uma alteração de vulto na proteção corporal dos combatentes. À medida que a vulnerabilidade do cavaleiro aumentava, por via das maiores capacidades das bestas, dos arcos e até do surgimento das primeiras armas de fogo, o equipamento aumentava de peso. As cotas de malha foram sendo substituídas, ou até cobertas, por couraças de ferro. Os elmos tornaram-se mais fechados. As restantes proteções foram aumentando, não só nos cavaleiros, mas nos combatentes em geral. À medida que as placas de ferro iam cobrindo os combatentes, a dimensão dos escudos ia reduzindo. Proliferaram novas armas, desenhadas para “abrir latas”, como os martelos e machados de guerra e até os precursores das alabardas. Alguma da iconografia de Nun'Álvares Pereira representa-o com uma pequena alabarda (na tela da Casa do Cadaval), ou com um martelo de batalha (na estátua de madeira de Domingos Soares Branco, que esteve na Escola Prática de Infantaria).

III – NUN'ÁLVARES PEREIRA, O HOMEM

Curiosamente, os Pereiras são o ramo português da linhagem dos Trava, os antigos condes de Trastâmara, antes do título ser atribuído ao bastardo de Afonso XI de Castela. Mas para melhor vermos quem foi Nun'Álvares, recorramos rapidamente às gerações anteriores ao nosso condestável o que, ao fim e ao cabo, coincide com o século XIV.

Estêvão Vasques Pimentel foi prior da Ordem Militar do Hospital. Pouco depois de 1314, recebeu no convento de Leça um seu sobrinho-neto, para educar. Esta criança, Álvaro Gonçalves Pereira, viria a tornar-se freire-cavaleiro da Ordem em 1333. Três

anos depois, somente com 22 anos, foi eleito prior sem ter desempenhado nenhum cargo de relevo anteriormente. A eleição tinha sido preparada pelo seu tio-avô, pouco antes de morrer. Mas será este jovem que, em 1340, estará na batalha do Salado, com Afonso IV e o contingente português. Fez transportar para o campo de batalha o Santo Lenho, relíquia que a Ordem conservava (e ainda hoje lá está), na igreja de Vera Cruz de Marmelar, bailia hospitalária. Foi Álvaro Gonçalves que comandou a carga decisiva sobre a ala granadina, à cabeça dos contingentes de todas as ordens militares, tornando-se numa lenda viva. Transferiu a sede da Ordem para o Crato. Mandou construir a igreja-fortaleza da Flor da Rosa e nela se fez sepultar, à maneira dos antigos reis francos, com dois cenotáfios de cavaleiros seus a seus pés⁴. Na guerra civil entre D. Afonso IV e o seu filho, D. Pedro, depois do assassinato de Inês de Castro, comandou a defesa do Porto, em nome do rei, contra o assalto à cidade das hostes do infante.

busca da batalha e na evasão à batalha. Para um artigo português sobre esta problemática, na época sobre a qual aqui nos debruçamos, veja-se Monteiro, 2010.

⁴ Um cenotáfio é um memorial fúnebre que evoca alguém cujos restos mortais se encontram noutro local.



Espada atribuída a Nun'Álvares Pereira, espólio do Museu Militar desde 1915.

Fonte:

<http://www.forumdefesa.com/forum/index.php?topic=6130.165> , acedido em 17Fev17

Álvaro Gonçalves Pereira teve 32 filhos de diferentes mulheres. A sua descendência foi sempre bastarda, mas perfilhou seis, entre eles, Nun'Álvares. Protegeu especialmente o irmão Pedro Álvares, que fez ingressar na Ordem do Hospital, mas pediu ao rei D. Fernando que educasse Nuno na Casa Real, na qualidade de escudeiro, quando aquele tinha ainda 13 anos. Morreu em 1380, com 66 anos, sucedendo-lhe, no priorado do Hospital, o filho Pedro.

E Nuno? Nasceu, muito provavelmente, em 1360, em Cernache do Bonjardim, que era da Ordem do Hospital e onde vivia a mãe, Iria Gonçalves. Passou a infância nos domínios da Ordem e cedo se lhe notaram os interesses pelos romances de cavalaria e pela experiência contada em primeira pessoa pelos cavaleiros hospitalários que combatiam além-mar.

No mesmo ano em que se apresentou na Corte, 1373, foi nomeado, com o irmão Diogo Álvares, para observar a hoste castelhana, comandada por Henrique de Trastâmara, quando esta passava junto a Santarém para ir cercar Lisboa. Estávamos na Segunda Guerra Fernandina e o adolescente Nuno, na corte, declarou que os castelhanos vinham mal comandados, sem preocupações defensivas, pouco disciplinados e confiantes em demasia. Acrescentou que podiam ser facilmente desbaratados. Isto impressionou de tal modo a rainha, Leonor Teles, que quis armá-lo cavaleiro. Foi armado com o arnês de um outro jovem, um pouco mais velho, que tinha sido armado uns anos antes: D. João, que tinha ascendido ao mestrado de Avis aos sete anos (o que também nos sugere que Nun'Álvares seria de pequena estatura).

Aos 16 anos, o pai assegurou-lhe o futuro. Fê-lo casar com D. Leonor Alvim, jovem viúva com posses, das terras de Basto. Terá permanecido naqueles domínios, com sua mulher, pelo menos até 1381, altura em que rebentou a Terceira Guerra Fernandina. Nesse ano, o seu irmão Pedro, prior do Hospital havia meses, foi designado por D. Fernando para o cargo de fronteiro-mor da comarca de Entre Tejo e Guadiana. D. Nuno trouxe das terras de Basto uma mesnada de 25 cavaleiros e 30 peões. Ficou desapontado com a prudência, passividade e indecisão do irmão e de Gonçalo Vasques de Azevedo, que não reagiram às incursões castelhanas sobre Pavia e Coruche e também não tentaram libertar o cerco de Elvas. Nesse contexto, decidiu D. Nuno desafiar o mestre de Santiago em Castela, para uma lide a dez cavaleiros. Ele levaria consigo nove companheiros e o mesmo faria o castelhano. O rei, D. Fernando, teve conhecimento deste desafio. Chamou imediatamente o jovem à corte e proibiu-o de realizar o combate.

Em 1382, com 22 anos, voltou a acompanhar o irmão, Pedro Álvares Pereira, quando este foi nomeado para substituir o fronteiro da cidade de Lisboa, Gonçalo Mendes de Vasconcelos. Com eles estão mais dois irmãos, Rodrigo e Diogo. Nessa altura, uma esquadra castelhana, proveniente da Biscaia, estava fundeada no Tejo, nas imediações da foz da ribeira de Alcântara. Diariamente, embarcavam em batéis, subiam a ribeira e saqueavam os campos da região. D. Nuno decidiu, com a sua mesnada, fazer uma emboscada aos castelhanos. Quando um batel se aproximou do local onde se encontrava, ordenou o ataque cedo demais, dando tempo aos castelhanos de reembarcar e afastarem-se. Ficou na praia, com os seus homens, em atitude de desafio. Os castelhanos regressaram, em maior número e travou-se um combate desigual. O cavalo de D. Nuno, atingido, tombou e prendeu o cavaleiro ao solo, com o seu peso. Quando tudo parecia perdido, surgiram Diogo Álvares e Fernão Pereira, à cabeça das suas mesnadas, e fizeram uma razia aos castelhanos desembarcados. Em julho, escapou ao controlo dos irmãos e foi, com cinco cavaleiros, juntar-se a D. Fernando, que estava em Salvaterra. Ficou desanimado porque, quando chegou, em vez de combater viu o rei a assinar o tratado com o rei de Castela.

Foi um dos nomeados para acompanhar a princesa D. Beatriz a Badajoz, para a boda. Aqui deu-se um incidente. Ao ver ocupada a mesa que lhe estaria destinada, derrubou-a na frente de D. Juan I e depois retirou-se. Nas exéquias de D. Fernando, em outubro, apresentou-se com uma mesnada de 30 cavaleiros e diversos peões. Assistiram às cerimónias armados, mesmo depois do corregedor da cidade ter tentado desarmá-los. Depois do funeral foi ter com o irmão Pedro a Santarém, mas ouviu, entretanto, a notícia da revolta do mestre de Avis e regressou para o apoiar. De novo em Lisboa, protagonizou o assalto ao castelo e preparou, juntamente com D. João, a defesa da cidade. O rei de Castela já se encontrava a caminho.

Na preparação do cerco de Lisboa, comandou uma força de 300 lanças que forrageou até aos arredores de Sintra, para colocar dentro da cidade o máximo de mantimentos. Foi uma ação arriscada porque Sintra tinha levantado voz por D. Beatriz e Juan I de Castela e era guarnecida por um forte contingente.

No início do cerco, os castelhanos posicionaram um arraial no Lumiar e cortaram a estrada de Loures. O plano do mestre de Avis e de D. Nuno era atrair as forças inimigas para uma emboscada. D. João foi até Alvalade com 300 cavaleiros, atrair os castelhanos. D. Nuno aguardou mais perto de Lisboa, numa elevação, algures entre o castelo de S. Jorge e Alvalade, num dispositivo tático apeado semelhante ao que viria a usar nos Atoleiros, com besteiros e cavaleiros. Mas os castelhanos, ao avistarem aquela força, decidiram dar meia-volta e regressar ao arraial.

Em março de 1384, a cidade não estava ainda completamente cercada, mas havia contingentes castelhanos estacionados em vários locais dos arredores. Chegou, entretanto, a notícia de uma hoste de reforço, organizada pelo conde de Niebla, a Ordem de Alcântara e a Ordem do Hospital, que vinha a caminho pela margem sul do Tejo.

IV – A BATALHA DE ATOLEIROS

D. João escolheu D. Nuno para fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana. Deu-lhe uma autonomia extraordinária, concedendo-lhe poderes que eram próprios de um monarca. A partir desse momento, Portugal passava a contar com dois exércitos, com duas identidades diferentes. Partiu de Lisboa, com bandeira própria: uma cruz vermelha em campo branco, com as armas dos Pereiras e as imagens de Cristo, da Virgem, de S. Jorge e de S. Tiago, uma em cada quadrante. Com ele marchavam 40 cavaleiros da nobreza, mais cerca de 200 cavaleiros aquantiados de um milhar de peões. Alguns de Beja e Évora, que regressavam ao seu Alentejo porque conheciam o território e melhor podiam aconselhar o comandante. Outros eram personagens das quais conhecemos os nomes: João e Antão Vasques, de Almada, irmãos de uma família abastada ligada ao comércio no Atlântico; Vasco Machado, escudeiro de D. Nuno; Rodrigo Pimentel, Martim Cotrim, Fernando Martins Brandão, Gomes Zagalo, Gil Fernandes de Elvas, Martins Rodrigues – todos amigos pessoais de D. Nuno. Quase todos tinham em comum serem filhos segundos, filhos bastardos ou aquantiados.



Selo postal alusivo à batalha de Atoleiros, 1928.
Desenho de Alfredo Roque Gameiro. Estávamos na Ditadura Militar
Fonte: http://colnect.com/pt/stamps/stamp/57849-Nuno_Alvares_Pereira_in_the_Battle_of_Atoleiros_1384-Independ%C3%Aancia-Portugal,
acedido em 17Fev17

Mas se os cavaleiros eram conhecidos de D. Nuno, a restante maioria da hoste não era. Além disso, muitos nunca tinham combatido antes, e havia o receio de uma deserção à primeira ameaça. Tendo atravessado para a margem sul do Tejo, D. Nuno, que não podia mobilizar homens de Palmela (porque era um senhorio da Ordem de Santiago) podia fazê-lo em Setúbal, que eram um concelho. Mas os moradores negaram-lhe pousada, com receio de represálias de Juan I e a hoste tem de bivacar nos campos, fora da vila. À noite, D. Nuno fez lançar a suspeita de que uma força de cerca de 300 lanças castelhanas se aproximava. Mandou

organizar o dispositivo para o combate e constatou que ninguém desertara. Tinham passado no primeiro teste.

No trajeto para Estremoz, organizou um conselho de guerra com representantes dos diferentes grupos sociais de combatentes que o acompanhavam. Durante o percurso aproveitou para treinar a formação de um dispositivo de combate defensivo. Passou por Montemor e por Évora, onde lançou pregão, mas só se lhe juntaram mais 30 lanças. Em

Estremoz continuou a tentar mobilizar as gentes do Alentejo, mas conseguiu poucos reforços. Então, mandou formar a hoste no Rossio de São Brás (mais ou menos no atual largo Dragões de Olivença) e verificou que dispunha de cerca de 300 cavaleiros, 100 besteiros e 1000 peões. Mostrou intenção de ir combater a hoste inimiga, que já se encontrava a cercar a vila de Fronteira. Mas o conselho de guerra reuniu e deu resposta negativa por duas razões: os castelhanos eram muitos e vinham comandados por grandes senhores; entre os comandantes inimigos vinham os irmãos Pedro e Diogo e havia a suspeita de D. Nuno se querer juntar a eles.

D. Nuno ficou especialmente exasperado com a segunda alegação. Jurou, de imediato, ser o primeiro a entrar em combate. Jogou o tudo ou nada. Quem quisesse ir com ele, que atravessasse a ribeira de São Brás; os restantes podiam seguir livremente para onde entendessem. Os seus companheiros de sempre passaram logo e, em poucos minutos, toda a hoste passou. No dia seguinte, 6 de abril de 1384, uma quarta-feira, véspera de Quinta-feira Santa, mandou tocar o alardo de madrugada, ouviu missa e partiu com a sua gente, pela estrada de Santo Amaro.

Quem vinha do lado de lá? A hoste castelhana tinha cerca de 5000 combatentes, dos quais 1000 lanças de cavalaria. Vinha comandada pelo almirante-mor de Castela, Sancho de Tovar e tinha como principais capitães o conde de Niebla (Juan Alonso de Guzmán), o mestre da Ordem de Alcântara (Diego Gomez de Barroso), Pero Gonçalves de Sevilha, Julián de Lerma e Gonçalo de Aza. Também vinha Martim Anes de Barbuda, que tinha lutado ao lado de Nun' Álvares no episódio de Alcântara. O irmão Pedro Álvares Pereira, à frente de um contingente de hospitalários. E o irmão Diogo.

A meio do trajeto, um cavaleiro hospitalário, Rui Gonçalves, que agora era porta-estandarte do irmão, veio ter com D. Nuno. Trazia propostas de muitas honras e mercês concedidas pelo rei castelhano se se passasse para o bando de Castela. Acrescentava que era uma loucura enfrentar a hoste castelhana com tão pouca gente e tão mal treinada e equipada. D. Nuno respondeu-lhe que era melhor que se apressasse e partisse a galope avisar os irmãos de que não se rendia porque, se não o fizesse, seriam os portugueses a chegar lá primeiro. Recebendo esta notícia, os castelhanos abandonaram o cerco de Fronteira e avançaram ao encontro de D. Nuno.

Nas imediações do que é hoje a herdade dos Atoleiros, D. Nuno escolheu uma colina sobranceira à ribeira das Águas Belas (hoje ribeira do Carvalho). Mandou apeiar a maioria da cavalaria e organizou um esqueleto, com os cavaleiros apeados e espaçados entre si, de duas linhas na vanguarda. Fez o mesmo nas alas e na retaguarda. Depois colocou besteiros nas alas e numa terceira linha, atrás das duas primeiras, na vanguarda. Preencheu os espaços com a peonagem. Garantia, por este meio, que os cavaleiros estavam mesclados com os inexperientes peões, servindo-lhes de exemplo e segurança⁵. Atrás do dispositivo manteve uma força de 50 homens montados, comandados por Gomes Zagalo.

Antes do recontro, montado numa mula, fez a arenga tradicional das batalhas medievais. Conhecemo-la pela crónica. Disse-lhes que tivessem em mente quatro coisas:

- Que se encomendassem a Deus e à Virgem Maria;
- Que era ali, naquele lugar, que estavam a servir o seu senhor, D. João, mestre de Avis;
- Que era também ali que estavam a defender as suas casas e as suas famílias;
- Que se dispusessem a combater não uma hora, mas um dia inteiro ou mais.

⁵ Mas é possível, também, que tenha dado instruções para que os cavaleiros usassem a violência para dissuadir deserções.

Quando os castelhanos se aproximaram, D. Nuno desmontou, beijou o solo, posicionou-se na vanguarda com



Recriação contemporânea da batalha de Atoleiros, Fronteira

Fonte: Expresso, <http://boacamaboamesa.expresso.sapo.pt/boa-vida/2013-06-12-fronteira-batalha-de-atoleiros-recria-vitoria-sobre-castela>, acedido em 17Fev17

uma lança comprida nas mãos e aguardou. Era meio-dia. Foi o primeiro a entrar em combate.

Os castelhanos fizeram a sua análise do terreno e consideraram atacar apeados. Mas depois, a arrogância e os códigos da cavalaria medieval falaram mais alto. Na primeira carga, a cavalaria pesada, formada em *conrois*⁶, dirige-se para o dispositivo português. Primeiro, um trote, depois, nos últimos 200 a 300 passos, a galope. Como o dispositivo

português era mais estreito, os cavaleiros convergiram naturalmente para um mesmo ponto, começando a formar uma cunha. Ao atravessar a ribeira, os cavaleiros ficam ao alcance das bestas portuguesas. É nesta altura que começa a haver baixas. Os que caem começam a tornar-se obstáculos para as segundas linhas. Os cavalos atolam-se na lama e tornam-se alvos fáceis. Os poucos castelhanos que conseguem chegar ao contacto, acabam por encontrar um ouriço de piques, que os detém.

O segundo assalto castelhano foi, igualmente, montado e contra a vanguarda portuguesa. Foi comandado pessoalmente pelo mestre de Alcântara. O resultado foi idêntico e o mestre tombou no campo de batalha. Pedro Gonçalves de Sevilha também morreu. Pedro Álvares Pereira ficou ferido, mas sobreviveu.

Houve mais dois assaltos, essencialmente pela peonagem castelhana e, desta vez dirigidos aos flancos, mas foram também repelidos. A natureza do solo, os obstáculos entretanto criados com mortos e moribundos e a lentidão da peonagem permitiram aos besteiros degradar bastante o potencial dos ataques. Calcula-se que a batalha tenha durado cerca de uma hora. Os castelhanos entraram em fuga e foram perseguidos pelos cavaleiros portugueses, já montados, até ao cair da noite. Mesmo assim as perdas não foram muitas. Do lado castelhano, entre as muitas dezenas e algumas centenas. Do lado português, as baixas foram mínimas, mas os autores medievais escusam-se de as apresentar.

NOTAS FINAIS

Meses depois de ter tentado este modelo tático às portas de Lisboa, D. Nuno experimenta-o, com sucesso, nos Atoleiros. Teria oportunidade de o repetir, no ano seguinte, a uma escala maior, em Aljubarrota. A batalha teve repercussões estratégicas. Afastou o Alentejo do perigo de um contingente castelhano com liberdade de ação; tratou-se do primeiro sinal claro de que o partido do mestre de Avis não era um bando de revoltosos, mas uma força capaz de defender a sua pretensão ao trono; foi a primeira experiência portuguesa do que já vinha acontecendo nos campos de batalha da Europa, com a tropa apeada, armada de piques e apoiada no terreno a constituir adversário à altura da cavalaria pesada e por último, D. Nuno, aos 24 anos, saiu com a sua ação de comando e prestígio extremamente reforçados.

⁶ Singular, *conroi*. Termo francês que designa um grupo de dez a vinte cavaleiros, que formavam em linha e combatiam em conjunto.

D. Nuno foi escolhido para patrono da Divisão Nun'Álvares – hoje Brigada Mecanizada – num período em que o regime político preconizava numa ideologia muito assente na magnificência de Portugal e nos heróis do passado. Mas a grandiosidade deste comandante ultrapassa qualquer regime político. No contexto militar transmite-nos valores intemporais: a audácia e tenacidade do fraco contra o forte; o sentido de oportunidade nos momentos difíceis; a importância da lealdade para com uma causa; o valor da amizade e da camaradagem.

Em Atoleiros esteve uma mesnada de amigos que conseguiu enquadrar e motivar uma tropa mal armada e pouco ou nada treinada, levando-a à vitória. Hoje, como ontem, faz sentido evocar D. Nuno. Ele pode e deve constituir-se como exemplo para todos os quadros da Brigada Mecanizada, oficiais e sargentos, porque é a eles que cabem as responsabilidades de comando e chefia. E é também nos graduados que reside a responsabilidade de manter e alimentar o pilar moral da Instituição Militar, pelo que é fundamental conhecer o passado e saber apresentá-lo. Despindo as abordagens ao passado de pormenores míticos e por vezes pouco fundamentados, caminhamos ao encontro de realidades que, aos olhos de hoje, superam o conhecimento tradicional e podem contribuir bem melhor para a vivência militar.



Estátua de D. Nun'Álvares Pereira, entre a Torre de Belém e a ermida de São Jerónimo, Lisboa, da autoria de Augusto Cid.

Fonte: Lisboa ConVida, <http://lisboa.convida.pt/poi/see-do/estatua-d-nuno-alvares-pereira-5146>, acedido em 17Fev17

Referências

Ayala, P. L. (1991). *Cronica del Rey Don Enrique Segundo de Castilla*. Em J.-L. Martín (Ed.), *Cronicas* (pp. 435-507). Barcelona: Planeta.

Ayala, P. L. (1991). *Cronica del Rey Don Juan Primero de Castilla y León*. Em J.-L. Martín (Ed.), *Cronicas* (pp. 509-695). Barcelona: Planeta.

Cortesão, J. (1984). *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (4ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Duarte, L. M. (2007). *Aljubarrota, Crónica dos anos de brasa: 1383-1389*. Lisboa: QuidNovi.

- Gomes, R. C. (2009). *D. Fernando*. Rio de Mouro: Temas e Debates.
- Marques, A. d., & Dias, N. J. (Edits.). (1990). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando (1367-1383), Vol. I*. Lisboa: I.N.I.C.
- Martins, M. G. (2007). *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal na Idade Média (1245-1367)*. Coimbra: Tese inédita.
- Martins, M. G. (2011). *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Martins, M. G. (2013). *Guerreiros Medievais Portugueses: de Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Monteiro, J. G. (1998). *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (1ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Monteiro, J. G. (2003). *Aljubarrota, 1385: A Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História.
- Monteiro, J. G. (2003). Estratégia e Tática Militares. Em *Nova História Militar de Portugal* (pp. 216-244). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Monteiro, J. G. (2010). Estratégia e Risco em Aljubarrota: a Decisão de dar Batalha à Luz do "Paradigma Gillingham". Em *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares* (pp. 137-168). Lousã: Salamandra.
- Verbruggen, J. F. (1997). *The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages: from the Eight Century to 1340* (2nd ed.). Woodbridge & Rochester: The Boydell Press.





até ao Fim do Mundo

www.ateaofimdomundo.com

